



**AMAZÔNIA NO PLURAL: RELIGIÕES,
FRONTEIRAS E IDENTIDADES**

I SIMPÓSIO NORTE DA ABHR
IX SEMANA DE HISTÓRIA DO CESP/UEA
I FAZENDO ARTE NORTE

**O QUE DIZEM OS DOCUMENTOS POLICIAIS SOBRE
AS PRÁTICAS RELIGIOSAS AFRO-BRASILEIRAS
NA CIDADE DE PARINTINS**

GT 1: O PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DA
IDENTIDADE ÉTNICO-RELIGIOSA NA AMAZÔNIA...

Adriano Magalhães Tenório¹

Clarice Bianchezzi²

¹ Acadêmico no curso de Licenciatura em História pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA) e pesquisador/bolsista pelo Programa de Apoio à Iniciação Científica e Tecnológica (PAIC) da Fundação de Amparo à Pesquisa do Amazonas (FAPEAM). E-mail: tenorioadriano1@gmail.com.

² Mestre em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e professora Assistente do Colegiado de História no Centro de Ensinos Superiores de Parintins (CESP) da Universidade do estado do

Introdução

Em 2015, um pioneiro trabalho referente ao fenômeno da pluralidade religiosa em uma região no Baixo-Médio Amazonas, *Demografia, Cartografia e História das religiões em Parintins: novas possibilidades para o estudo da diversidade religiosa na Amazônia*, chamou a atenção para o cenário vivenciado por ‘outras’ denominações religiosas - kardecistas, judeus e os afro-brasileiros – na cidade de Parintins³/AM, motivando pesquisas que tenham como exercício a construção das trajetórias histórico-sociais dos grupos religiosos em questão, um trabalho que para os autores começa com a dinâmica de “inventariar e organizar criteriosamente os documentos produzidos em diversos suportes materiais”, bem como, a busca outros registros possíveis que ajudem na construção deste processo (BIANCHEZZI; SILVEIRA, 2015 p. 199). A pesquisa se empenha em situar grupos, indivíduos praticantes das diferentes denominações religiosas na cidade, evidenciando a tendência do pluralismo religioso, fenômeno que no Brasil vem sendo observado pelos cientistas da religião desde meados da segunda metade do século XX.

São sob tais perspectivas, que nos aproximamos das manifestações religiosas afro-brasileiras tornando-as objeto de análise. Além de seguir o alerta dos autores, sobre essa demanda na falta de produções, sobretudo, científicas – em livros ou artigos – dentro do campo histórico e social, outro dado instigante e recorrente acerca dos praticantes das religiões afro-brasileiras na cidade trata-se da ausência de auto declaração nos levantamentos do Censo até 2010.⁴

Em geral, as trajetórias percorridas pelas manifestações da fé afro-brasileiras estão associadas a ações de perseguição e repressão em seus cultos e templos, mas, sobretudo, aos seus adeptos. Primeiro, porque estes circulavam em meio aos grupos sociais marginalizados da sociedade brasileira; segundo, incide as religiões de matriz afro as características pujantes de práticas de feitiçaria e ‘magia negra’, sem contar, outras identificações de cunho negativo. Essa ideia é construída, inicialmente, pelas instâncias católicas ainda no período colonial, e mais tarde, pelas instituições do Estado, instrumentalizadas em seus órgãos de segurança e policiamento, regulamentado leis e sanções para o controle dos indivíduos.

³ Segunda maior cidade do Estado do Amazonas, localizado a 369 km da capital Manaus situada próxima à fronteira com o Estado do Pará. Sua população foi estimada, em 2016, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 113.832 habitantes, ocupando a segunda cidade mais populosa do Estado.

⁴ Apresentando os dados censitários de 1990, 2000 e 2010 do Instituto brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) à pesquisa mencionada aponta um dado relevante que é a não declaração de pertença de indivíduos ao grupo das religiões afro-brasileiras (Umbanda, Candomblé e outras) na cidade de Parintins.

Um aparato administrativo que visa o controle dos crimes e das infrações na sociedade que é muito recorrente nas delegacias de polícia são os Boletins de Ocorrência - BO. Documentos que, em suma, assumem a função narrativo-informativo, uma vez que, as autoridades policiais, os agentes a serviço do Estado e das leis, são informados das violações cometidas no ambiente social. Diariamente e, com bastante frequência, esses registros escritos são produzidos nas intenções de polícia pelo Brasil e no campo jurídico-policial eles assumem uma função específica, no âmbito da ciência histórica são fontes históricas de pesquisas acadêmicas científicas, haja à vista, que são carregados de informações que viabilizam levantar dados acerca do objeto em questão. O temor à magia (negra), a feitiçaria, o infortúnio, o charlatanismo, macumba e tantas outras identificações negativas imputadas à crença, estimulou (e ainda estimula) os indivíduos a formular queixas policiais, registros documentados que reproduzem os discursos oficiais dos aparatos de repressão do Estado.

Assim buscamos com essa pesquisa identificar nos arquivos da delegacia local os Boletins de Ocorrência - BO que contenham em seu teor narrativas sobre o objeto em questão, acrescentando o exercício de catalogação de dados arrolados a documentação, em uma atuação direta nos arquivos da Delegacia de Polícia de Parintins (a única da cidade) ao longo de uma linha de pesquisa. Onde foi possível identificar práticas e visualizar a presença da crença afro brasileira na cidade de Parintins entre os anos de 1980 até 1999, mesmo que criminalizada, pois consta em documentos que comunicam crimes.

1. Os Boletins de Ocorrência da esfera jurídico-policial

O Boletim de Ocorrência-BO, enquanto documento oficial, está inserido no campo dos documentos policiais, junto como ele estão arrolados uma série de outros escritos que são produzidos cotidianamente visto a dinâmica movimentada de uma Delegacia Policial. São das queixas efetuadas por indivíduos que buscam a polícia ou dos flagrantes, que vão se produzindo uma série de outros documentos, por isso, o boletim tem para a Justiça uma importância relevante.

No Manual Operacional da Polícia Civil do Estado de São Paulo (PCSP) o Boletim de Ocorrência é descrito como a “peça fundamental para o desenvolvimento das operações policiais (...) traz, em seu bojo, informações necessárias em relação às pessoas arroladas, além de eventuais descrições dos autores” (QUEIROZ, 2002, p. 207). Por se tratar de um documento produzido sob orientação do Estado, o responsável na formulação do documento, geralmente um policial ou

funcionário destinado ao serviço, precisa manter atributos no que tange a imparcialidade e o distanciamento dos fatos criminosos e dos indivíduos, atesta o manual de polícia que:

Deverá cercar-se de todas as cautelas no que tange aos informes colhidos junto às testemunhas ou vítimas, que deverão ser partes integrantes do aludido registro. No campo destinado ao histórico, além do fato, deverão constar todos os elementos possíveis que auxiliem um trabalho futuro (QUEIROZ, 2002, p. 208).

Pelo registro é possível captar uma série de elementos em potencialidade de análise. Dados que vão além da descrição dos ocorridos, neles estão presentes referências a faixa etária, ao gênero sexual, ao lugar das infrações, profissão dos envolvidos, a cor e, em alguns casos, até as vestimentas e objetos envolvidos na infração. Pelas datas e classificação dos crimes é perceptível qual o modo operacional e os discursos dos direitos civis em diferentes tempos históricos, além de, percebermos dinâmicas sociais motivadas pela atuação do Estado.

2. Buscando documentos: percurso, pesquisa e catalogação de dados

Os historiadores Marcos Bretas e André Rosenberg, salientam sobre a prática das instituições policiais em estar sempre colhendo o maior número de informações possíveis no processo de investigações, construindo assim nas delegacias arquivos “enormes, quase sempre mal cuidados e desorganizados (...) ficam ao final de uma estrada, cheia de obstáculos, mas que oferecem ao historiador os prazeres do inédito e do desbravamento” (BRETAS; ROSEMBERG, 2013, p. 164). Um cenário idêntico ao nosso e que não poderia ser melhor descrito. A ‘verdadeira garimpagem’ dos boletins de ocorrências nos arquivos policiais.

Mesmo sob constante desafio, primeiro em lidar com a dinâmica para o acesso aos arquivos,⁵ depois em organizar o espaço para otimização dos trabalhos, à pesquisa nos documentos aconteceu entre os meses de setembro de 2016 e julho de 2017. Nesta fase, as tarefas estiveram concentradas nas leituras dos livros de ocorrência e posteriormente, e na catalogação dos dados.

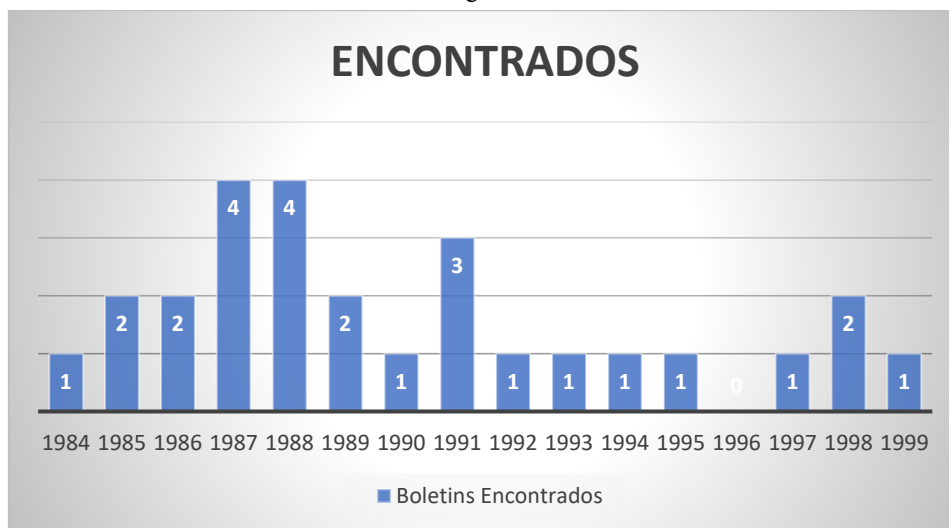
Entre livros e caixas, poeira e muitas leituras o que localizamos de dados, entre 1980 e 1999, foram 27 (vinte e sete) Boletins de Ocorrências devidamente registrados na Segunda Dele-

⁵ Sobre a trajetória vivenciada nos arquivos policiais da delegacia da cidade de Parintins, ver o texto *Umbanda através das fontes policiais: desconfiar e temer em Parintins-AM a partir dos anos de 1980* de Adriano Magalhães Tenório e Clarice Bianchezzi presente no e-book *Criminalidade, Violência e Justiça: reflexões e novas possibilidades* com organização de Caroline Von Muhlen, Máira Ines Vendrame e Caiuá Cardoso Al-Alam, 2017.

gacia Especializada de Parintins. A primeira queixa encontrada foi do ano de 1984, a única encontrada, seguimos para 1985 e 1986 onde surgem 02 (dois) registros respectivamente, total de 4 (quatro); em 1987 e 1988 com mais 8 (oito) ocorrências, sendo 4 (quatro) em cada ano; 1989 com 2 (duas) ocorrências; 1990 uma e 1991 3 (três); 1992 apenas uma, 1993, 1994 e 1995 uma ocorrência para cada ano; 1996 nenhuma; 1997 uma; 1998 2 (dois) e finalmente 1999 1 (um) boletim.

Sobre os anos de 1980 a 1983, onde não constam números, ainda que examinados os livros presentes, há nos arquivos a deficiência de alguns livros correspondentes que fazem o fechamento de cada ano, temos feito esforços para ter acesso aos livros restantes, os já pesquisados não apresentaram nenhuma ocorrência no que se refere a criminalização das religiões afro brasileiras. Segue planilha dos resultados:

Figura 01



Fonte: TENORIO; BIANCHEZZI, 2017

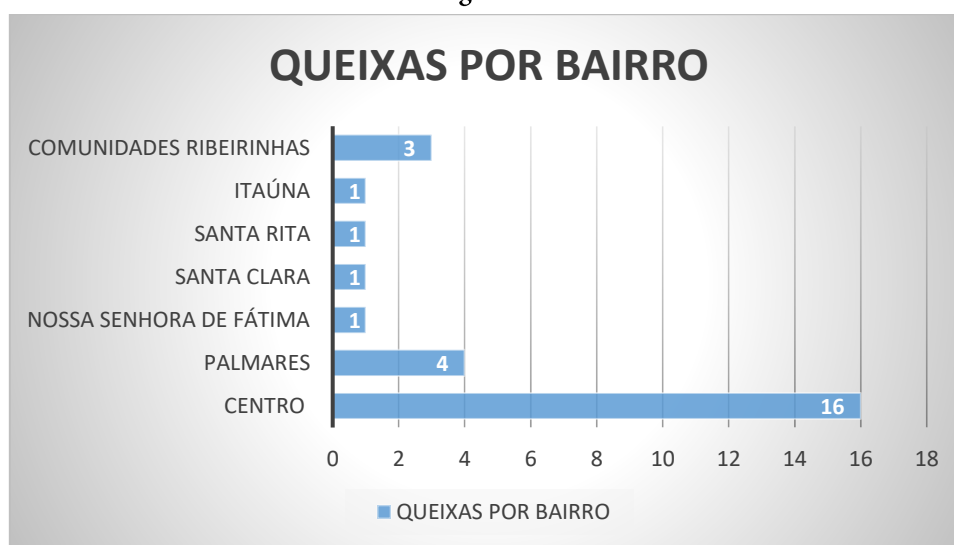
Ao fazermos a catalogação destacamos que como fonte histórica, esses documentos, são lacunares, apresentam falhas e estão sujeitos a interferências externas, vindas, às vezes, do próprio órgão responsável em expedir o documento, porém, proporcionam aos pesquisadores enxergar uma série de outros ambientes, de pistas que suscitam novas investigações, inclusive, na busca de novos dados para uma possível análise comparativa em função do teor dos boletins - narrativa posta nos mesmos que denotam o perfil da sociedade que o comunica/registra.

Um diálogo possível surge do encontro entre história e geografia, percebendo, ao analisar os dados encontrados o lugar na cidade os bairros de origem das denúncias consolidadas na Delegacia de Polícia. Visualizar onde ocorriam espacialmente, possibilita a percepção do período

histórico onde aconteciam os cultos afro-brasileiros na cidade de Parintins, além do mais, por meio das divergências registradas nos boletins, as contendas entre indivíduos, vislumbramos a circulação dos espaços habitados. Dos vinte e sete (27) registros encontrados, vinte três (23) compartilham da relação acusado e acusador dividindo o mesmo logradouro ou adjacência.

Na cidade foco a análise nos permite constatar que são dos bairros centrais o maior número de registros efetuados no período pesquisado em um total de dezesseis (16) queixas. Seguidos pelo de bairro de Palmares com quatro (04) notificações; Nossa Senhora de Fátima, Santa Clara, Santa Rita e Itaúna com uma (01) nota policial para cada e, também, as comunidades ribeirinhas no entorno da cidade com três (03) boletins cada, ficando assim:

Figura 02



Fonte: TENORIO; BIANCHEZZI, 2017.

Tendo no centro da cidade a maior incidência, pelo menos foi o que identificamos nos documentos, isso nos faz refletir que entre os anos de 1984 a 1999 em Parintins, os grupos e indivíduos praticantes de cultos de matriz afro circulavam com intensidade nas regiões mais centrais da cidade, divergindo com algumas perspectivas históricas de outras localidades⁶ que afirmam que estes grupos estariam entre as periferias das cidades, números que merecem um artigo para análise mais aprofundada.

⁶ Os trabalhos de Cristiana Tramonte *Com a bandeira de Oxalá! Trajetórias, práticas e concepções das religiões afro-brasileiras na Grande Florianópolis* e Yvonne Maggie Medo *do Feitiço: Relações Entre Magia e Poder no Brasil* são exemplos que trazem essa perspectiva das religiões com maior atuação nas periferias das cidades.

O Boletim de Ocorrência também pode ser entendido como um documento que relata relações humanas, podendo ser de conflitos interpessoais, de quebra as normas sociais estabelecidas, assim como uma série de outras situações vivenciadas no cotidiano dos indivíduos. Também ao analisar os documentos policiais como fonte históricas destacamos os papéis exercidos por denunciantes e denunciados, por ser uma questão complexa, despertar questionamentos e exigir aprofundamentos. No entanto, mais informações se tornam visíveis em meio a observação da relação denunciante/denunciado no que tange esta pesquisa, emergindo, por exemplo o lugar destinado a cada gênero no particular parintinense.

Isso porque, no exame dos elementos da catalogação dos BOs, o número de mulheres envolvidas torna-se muito superior ao da participação masculina. Organizando os dados e caracterizando masculino e feminino, denunciantes e denunciados, há expressiva atuação feminina. No grupo dos denunciantes, ou seja, aquele que vai a delegacia realizar a queixa, quinze (15) são mulheres e nove (09) são homens. Destaca-se que sete (07) desses homens estão na delegacia registrando a denúncia por suas esposas ou representando as mesmas, o que desperta o questionamento: por que as próprias mulheres não procuraram a delegacia para registrar o boletim de ocorrência? Como no exemplo a seguir:

Queixa⁷: calúnia e difamação

Compareceu a esta delegacia de Polícia às 13:00hs do dia 17/05/1987, o senhor F. de Souza Santos, brasileiro, amazonense, com 33 anos de idade, residente na rua Raul Góes 2144, Palmares. Queixando-se contra a pessoa de M. da Silva e Silva, residente a mesma artéria, nº 2172. Pelo fato da mesma, toda as vezes que a esposa do queixoso a SRA. J. de Souza Santos, sai de sua residência é xingada pela acusada, inclusive sendo caluniada de ter enfeitado a mãe da acusada de veio a falecer a uns meses atrás. Fato esse que vem se repetindo quase que diariamente, principalmente quando o queixoso não está em casa.

Na categoria denunciados, no que se refere a quem sofre a denúncia, a soma de mulheres a quem recai a denúncia são de dezoito (18) e de homens oito (09). E um registro contra um líder religioso transexual.

Da dinâmica denunciante/denunciado também merecer destaque sobre quem recai a criminalização por práticas religiosas ligadas a religiões de matriz africana, neste quesito, as mulheres aparecem de forma evidenciada, isso porque vinte e uma (21) delas estão relacionadas as práticas da religião, cinco (05) homens e, também, o já mencionado líder transexual.

⁷ Livro - 39; p. 67

Sobre as características presentes nos registros policiais, todos, de alguma forma, relatam alguma atividade associada a manifestações das religiões afro-brasileiras, sejam por práticas ou praticantes, sejam apenas especulações (em maioria, vale ressaltar, que instigam aprofundamento). Além disso, quando não surgem relacionadas diretamente ao cunho religioso (ver tabela abaixo), vem associadas a outros comportamentos dados como ofensivos da esfera jurídica, porém, todos com conteúdo depreciativo, ou seja, negatizando a ação das religiões. Para uma melhor visualização dos tipos de acusação, veja figura 03:

Figura 03

TIPO DE CRIME ⁸	QUANTIDADE
Calúnia	09
Difamação	01
Calúnia e difamação	02
Charlatanismo e difamação	01
Desacato moral	01
Invasão de domicílio	01
Agressão física	01
Agressão física e calúnia	01
Ameaça de morte	01
Estelionato	01
Detenção	01
Feitiço	01
Macumba	03
Bruxaria	01
Cambalacho	01

Fonte: TENORIO; BIANCHEZZI, 2017.

Dos possíveis crimes vinculados aos boletins de ocorrência, quatro (4) deles (feitiço, macumba, bruxaria e cambalacho) são diretamente ligadas as questões religiosas, os outros quesitos que surgem tratam de ações atreladas as questões da religião, como no exemplo a seguir:

Queixa⁹: invasão de domicílio

Compareceu nesta intendência de polícia judiciária, por volta das 08:30hs, do dia 06/11/1989, a SRA. F. Maria Tavares Seixas, paraense, casada, funcionária pública estadual, com 39 anos de idade, residente a rua Senador Álvaro Maia, 611, queixando-se contra a SRA D. Bentes, com 40 anos de idade, residente ao BC Independência n 75. Pelo fato da

⁸ Tipificação do crime segundo o cabeçalho do registro policial.

⁹ Livro: 47 p. 12

mesmo haver, na noite de 05/11/1989 invadido a residência de sua genitora, M. Tavares, 68 anos, residente ao lado da acusada e haver desacatado moralmente chamando-a de Feiticeira.

Considerações Finais

Carlos Barcellar (2006) em um texto sobre fontes históricas, já alertava para o envolvimento do pesquisador nas pesquisas em arquivos e documentos escritos. Instigados pela pouca produção acadêmica no que tange o cenário das religiões de matriz afro na cidade de Parintins, dos anos 1980, e de relatos que afirmavam a existência de praticantes destas religiões, concentramos esforço na busca de indícios que sejam capazes de nos indicar os processos históricos/sociais vivenciados pelos indivíduos pertencentes a esta manifestação religiosa.

A medida que avançamos na busca, dentro do ambiente do arquivo da única delegacia de polícia da cidade, em meio aos documentos e leitura dos registros policiais, o que encontramos foi uma série de personagens e ações que abrem horizontes de possibilidades para se interpretar trajetória percorrida pelo grupo das religiões de matriz afro na cidade de Parintins, no Amazonas.

Desde o começo, o propósito deste trabalho foi a busca de fontes documentais de criminalização das religiões afro, também, a catalogação dos dados, porém, foi inevitável não analisar, ainda que de forma não tão aprofundada sobre os conteúdos presentes nos documentos encontrados. Ainda que, tais registros apontem para uma expectativa negativada dos cultos e das práticas das religiões de matriz africana, as perspectivas dos boletins despertam perguntas, questões que levam a outras pesquisas, leituras e interpretações históricas.

Mediante a quantidade de informações aqui apresentadas podemos vislumbrar fluxos históricos e sociais entre indivíduos que, entre as décadas de 1970 e 1980, já praticavam sua fé religiosa, também percebemos nuances de como a sociedade parintinense se relacionava com as práticas religiosas afro-brasileiras, com marcas de hostilização e criminalização dos praticantes desta fé religiosa.

Referências Bibliográficas:

AMARA, Eni de Mesquita; TUPY, Ismênia Spínola Silveira Truzzi. **História e Documento e metodologia de Pesquisa**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

BARCELLAR, Carlos. **Uso e mau uso dos arquivos**. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). Fontes Históricas. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2006.

SILVEIRA, Diego Omar; BIANCHEZZI, Clarice; TENÓRIO, Adriano Magalhães; REIS, Marcos Vinícius Freitas (org.). *Anais do I Simpósio Norte da ABHR e IX Semana de História do CESP/UEA: Amazônia no plural: religiões, fronteiras e identidades*. Juiz de Fora: ABHR/ Plura, 2017.

BIANCHEZZI Clarice; SILVEIRA Diego Omar. **Demografia, Cartografia e História das Religiões em Parintins: Novas Possibilidades para o Estudo da Diversidade Religiosa na Amazônia**. In: *Pensar, Fazer e Ensinar. Desafios Para o Ofício do Historiador no Amazonas*. Manaus: UEA Edições; Valer, 2015.

BRETAS, Marcos Luiz; ROSEMBER, André. **A História da polícia no Brasil: balanço e perspectivas**. Topoi, v. 14, n. 26, jan./jul. 2013, p. 162-173.

GRINBERG, Keila. **A História nos porões dos arquivos judiciais**. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tânia Regina de (Org.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2012.

MAGGIE, Yvonne. **Medo do Feitiço: Relações Entre Magia e Poder no Brasil**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

QUEIROZ, Carlos Alberto Marchi de (org). **Polícia Civil Manual Operacional do policial civil: doutrina, legislação, modelos**. São Paulo: Delegacia Geral de Polícia, 2002.

TENÓRIO, Adriano Magalhães; BIANCHEZZI, Clarice. **Umbanda em Parintins (AM): da criminalização à consolidação no campo religioso local**. Relatório final de Iniciação Científica (PAIC/FAPEAM). Parintins: UEA, 2017.

TENÓRIO, Adriano Magalhães; BIANCHEZZI, Clarice. **Umbanda através das fontes policiais: desconfiança e temor em Parintins-AM a partir dos anos 1980** In: *Criminalidade, violência e justiça: reflexões e novas possibilidades* [e-book]. / Organizadores: Caroline von Mühlen, Maíra Ines Vendrame e Caiuá Cardoso Al-Alam. São Leopoldo: Oikos, 2017.

TRAMONTE, Cristiana. **Com a bandeira de Oxalá!: Trajetórias, práticas e concepções das religiões afro-brasileiras na Grande Florianópolis**. Itajaí: UNIVALE, 2001.

Fontes Consultadas:

Arquivos Policiais da Delegacia Especializada de Polícia de Parintins-AM.

Exemplo 1 – Livro 39, p. 67.

Exemplo 2 – Livro 47, p.12.